

Ensino religioso nas escolas públicas: laicidade, igualdade e razão pública no julgamento da ADI nº 4.439

Andressa Silva Schiassi¹

17

Resumo: Os debates acerca da laicidade de Estado no Brasil ganharam novos contornos a partir do julgamento, da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.439, que resultou na afirmação da constitucionalidade do ensino religioso confessional como disciplina facultativa nas escolas públicas de ensino fundamental. Essa decisão pode ser questionada a partir do princípio constitucional da laicidade do Estado e sob a perspectiva dos direitos fundamentais da igualdade e da liberdade de crença, tendo em vista a inviabilidade do Estado em garantir, em condições isonômicas, o ensino religioso confessional abrangente a todas as denominações religiosas. A partir dos princípios constitucionais da laicidade do Estado, igualdade, liberdade de crença e pluralismo, a pesquisa pretendeu verificar, por meio da análise de conteúdo dos votos, se a atuação do STF no julgamento da ADI nº 4.439 pode ser considerada um caso exemplar de razão pública, na perspectiva proposta por John Rawls.

Palavras-chave: Ensino religioso no Brasil; Laicidade do Estado; Razão pública; Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.439.

¹ Graduada e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Ouro Preto, na área de concentração "Novos Direitos, Novos Sujeitos". E-mail: andressa.schiassi@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2440-4387>.

1. Introdução

A Constituição da República Federativa do Brasil traz, em seu art. 5º, o direito à igualdade perante a lei e, no inciso VI do mesmo dispositivo, assegura a inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença e o livre exercício dos cultos religiosos. No art. 19, inciso I, define a laicidade do Estado, vedando aos entes federativos estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los ou embaraçar-lhes o funcionamento. Infere-se, portanto, que o Estado deve se abster de intervir no campo da religião, cabendo-lhe, ainda, assegurar a liberdade religiosa, promovendo um ambiente de respeito e segurança para que as pessoas possam viver suas crenças livres de constrangimento ou preconceito.

18 Especificamente sobre o ensino religioso, a matéria é disposta na Constituição Federal de 1988 em seu art. 210, § 1º que estabelece normativamente que o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental. Há que se discutir, porém, se a mera facultatividade da matrícula seria capaz de garantir o livre exercício da liberdade religiosa, tendo em vista que o ensino religioso confessional, por sua natureza e inclusive pelas limitações de infraestrutura do ensino público, seria incapaz de garantir a pluralidade de crenças.

Os debates acerca da laicidade de Estado no Brasil ganharam novos contornos a partir do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.439, na qual a Procuradoria Geral da República pugnou pela interpretação conforme a Constituição do disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e no Acordo Brasil-Santa Sé quanto ao ensino religioso nas escolas públicas, com vistas a estabelecer que o ensino religioso nas escolas públicas de ensino fundamental somente poderia ter natureza não confessional, com a proibição da admissão de professores na qualidade de representantes das religiões. O julgamento foi concluído pelo Supremo Tribunal Federal em 27 de setembro de 2017, decidindo-se pela constitucionalidade do ensino religioso confessional nas escolas públicas. O STF entendeu que o ensino religioso confessional não contraria a laicidade do Estado e que a facultatividade da matrícula seria suficiente para garantir a liberdade de exercício da religião, sendo o Acórdão publicado em 21 de junho de 2018 (BRASIL, 2018, p. 1-294).

Nesse contexto, propõe-se uma análise crítico-reflexiva a partir do julgamento da ADI nº 4.439, na medida em que legitimação do ensino confessional nas escolas públicas leva ao debate acerca da laicidade do Estado e direito à igualdade. O ponto de partida é pressuposto de que a Constituição garante aos indivíduos não apenas a liberdade de crença, mas também a igualdade entre as diversas concepções religiosas, o que, efetivamente, parece estar comprometido no contexto da legitimação do ensino religioso confessional nas escolas públicas. Eis a pergunta que norteia a análise crítica do resultado do julgamento: considerando-se a legitimação do ensino religioso confessional, poderá o Estado garantir a igualdade às minorias religiosas?

19

A pesquisa é desenvolvida no marco teórico da razão pública de John Rawls, que pressupõe uma sociedade de cidadãos livres e iguais, com capacidade de serem racionais e razoáveis, sendo o exercício do poder político próprio dos cidadãos e somente justificável se exercido de acordo com uma constituição cujos elementos essenciais se pode esperar razoavelmente que todos os cidadãos endossem (RAWLS, 2000). Assim, a justificação pública dos atos estatais deve estar fundamentada na concepção política de justiça, livre, pois, de argumentos e valores próprios das doutrinas morais, religiosas e filosóficas. Enquanto tribunal constitucional, o Supremo Tribunal Federal deve atuar como caso exemplar de razão pública, que impõe que as justificativas públicas de sua atuação estejam orientadas para a garantia dos direitos e liberdades individuais assegurados na Constituição, preservação dos elementos constitucionais essenciais e concretização do ideal político da Constituição.

A hipótese do trabalho é de que não é possível sustentar a decisão do STF no julgamento da ADI nº 4.439 sob a perspectiva de razão pública de Rawls, pois a legitimação do ensino confessional nas escolas públicas fere a laicidade do Estado e a igualdade, na medida em que provoca o ocultamento e invisibilização de minorias, prejudicando o exercício da liberdade de crença e religião. Defende-se que a decisão é incompatível com o princípio da igualdade, este tomado como ideal político da Constituição da República e, portanto, vinculante ao Poder Judiciário no julgamento de questões relativas a elementos constitucionais essenciais e justiça básica. Partindo dos direitos fundamentais dos indivíduos ao livre desenvolvimento de suas crenças, a discussão se justifica tendo em vista o ocultamento, invisibilidade e

desigualdade provocadas às minorias religiosas pela legitimação do ensino religioso confessional nas escolas públicas.

2. Pluralismo razoável e consenso sobreposto

Nos termos normativos estabelecidos pela Constituição da República de 1988, vive-se em uma sociedade plural nos aspectos político, ideológico, cultural, religioso, dentre outros. A coexistência de várias doutrinas abrangentes é um pressuposto do liberalismo político, pois o Estado não deve definir, especificar ou privilegiar determinadas concepções abrangentes de bem. Nesse aspecto, Rawls (2000) afirma que a diversidade de doutrinas religiosas, filosóficas e morais razoáveis encontrada em sociedades democráticas é uma característica permanente da cultura pública, e não uma simples condição histórica que logo desaparecerá, sendo o pluralismo razoável resultado do livre exercício da razão humana em condições de liberdade.

20

Decorre do princípio da liberdade que todo ser humano é detentor de liberdades e de direitos fundamentais igualmente compartilhados por todos. Esse princípio encontra-se consolidado na Constituição, pautando as diretrizes a serem adotadas pelas instituições públicas na elaboração e concretização de políticas e normas públicas, com a finalidade de promover e manter a cooperação dos cidadãos e a justiça distributiva (LEÃO, 2015). Nesse sentido, a ordem democrática constitucional deve propiciar as condições para que o cidadão possa exercer as liberdades fundamentais, reconhecendo, ainda, a participação do cidadão na formação dos conceitos jurídicos por meio do uso desses conceitos nas suas relações práticas intersubjetivas (CAMILLOTO, 2016).

De acordo com Vita (1997), as comunidades políticas modernas caracterizam-se pelo pluralismo na medida em que divergimos sobre o que consiste nosso bem porque divergimos a respeito das doutrinas morais, religiosas, filosóficas ou políticas. Nesse sentido, é dever do Estado garantir as liberdades individuais e igualdade aos seus cidadãos, interpretando as normas constitucionais de modo a garantir o exercício pleno da cidadania e liberdade aos indivíduos, em igualdade de condições, sem qualquer distinção discriminatória entre os indivíduos ou grupos sociais.

Dado o fato do pluralismo, tem-se que, enquanto indivíduos razoáveis e racionais², os cidadãos devem estar dispostos a explicar a base de suas ações uns para os outros em termos que cada qual razoavelmente espere que os outros possam aceitar, por serem coerentes com a liberdade e a igualdade dos cidadãos (RAWLS, 2000). Daí decorre o papel de relevância da troca de razões no espaço público, que deve privilegiar a argumentação pública razoável, por parte não apenas dos cidadãos, como também dos membros dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com vistas à construção de um consenso razoável e racional.

Dado o fato do pluralismo da sociedade democrática, Rawls (2000) afirma que o fundamento para a preservação da unidade e estabilidade da sociedade bem-ordenada está no consenso sobre a concepção política de justiça, sendo a estabilidade possível quando as doutrinas que constituem o consenso são aceitas pelos cidadãos politicamente ativos. Ressalta-se que nenhuma doutrina abrangente é apropriada enquanto concepção política para um regime constitucional, portanto, não pode o Estado validar ou definir uma doutrina abrangente específica, em um contexto de regime constitucional democrático. Do mesmo modo, não é razoável que o poder estatal (leia-se: poder político) utilize da coerção para privilegiar uma doutrina abrangente ou punir aqueles que dela divergem. Ao contrário, o poder político deve ser exercido de formas que todos os cidadãos o endossem, à luz de sua razão humana comum, quando estão em jogo questões de justiça básica.

O consenso sobreposto acerca da concepção política de justiça não é meramente um consenso acerca da aceitação de determinada autoridade ou de arranjos institucionais fundados em interesses pessoais ou de grupos. Ao contrário, a aceitação da concepção política é feita pelos cidadãos livres e iguais de dentro das suas doutrinas abrangentes, ou seja, os cidadãos endossam o consenso sobreposto a partir de suas razões religiosas, morais e filosóficas pessoais, sem afastar-se da sua doutrina abrangente. Essa característica permite a compreensão da estabilidade, pois àqueles cidadãos que concordam com as várias visões que dão sustentação à

² Nesse ponto, faz-se a distinção entre as duas capacidades morais dos cidadãos: ser razoável e ser racional. A primeira capacidade consiste no senso de justiça, derivada do razoável e que possibilita a cooperação social equitativa. Quanto à capacidade de ser racional, se aplica à forma pela qual os cidadãos elegem seus objetivos e os meios para atingi-los, buscando realizar suas concepções de bem. Para Almeida (2008, p. 37-38), a distinção entre o racional e razoável possibilita o pluralismo em uma sociedade democrática, garantindo a manutenção de uma ordem constitucional plural ao mesmo tempo em que os cidadãos defendem concepções de bem divergentes e são membros das mais diversas formas de vida culturais e religiosas.

concepção política de justiça não interessa se sua visão é tida como dominante ou minoritária, na medida em que a força de sua visão específica não é determinante para a sua adesão ao consenso acerca da concepção política de justiça (RAWLS, 2000). Desse modo, como uma única doutrina abrangente e razoável não é capaz de assegurar a base da unidade social – considerando ainda que o Estado não pode definir uma doutrina abrangente em detrimento de outra(s), no contexto do liberalismo político –, a ideia de razão pública deve ser capaz de fornecer diretrizes para as questões políticas fundamentais que forneçam uma concepção política de justiça que, por sua vez, pode ser objeto de um consenso sobreposto daquelas doutrinas abrangentes e razoáveis (RAWLS, 2000).

3. Razão pública e atuação do Poder Judiciário

22

O liberalismo político de Rawls propõe a sociedade liberal e democrática como um sistema de cooperação. Essa cooperação é guiada por regras e procedimentos publicamente reconhecidos, aceitos pelos cidadãos e, por essa razão, tidos como reguladores de conduta (DIANA, 2006). Um sistema equitativo pressupõe reciprocidade, que se constituirá a partir dos argumentos razoavelmente aceitos pela sociedade. Para Bavaresco (2012), a explicitação básica dos valores políticos existentes na relação recíproca entre os governos democráticos e seus cidadãos é tarefa da razão pública. Conforme Weithman (2017), a independência mútua exige termos de cooperação, constituídos por um sistema de direitos e procedimentos de democracia; no entanto, não basta criar os termos de cooperação, é preciso que os cidadãos se comprometam a honrá-los. De outro lado, tem-se que os cidadãos somente serão livres quando a sociedade se regula por princípios autolegisados, portanto, por princípios aos quais os cidadãos subscrevem livremente.

A ideia da razão pública de Rawls pressupõe uma sociedade de cidadãos livres e iguais, com capacidade de serem racionais e razoáveis. Para o autor, a razão pública é de titularidade do cidadão, o qual pode e deve argumentar na esfera pública, dando e pedindo razões que fundamentem os atos do Estado. Nesse sentido é que:

A razão pública é característica de um povo democrático: é a razão de seus cidadãos, daqueles que compartilham o *status* da cidadania igual. O objeto dessa razão é o bem do público: aquilo que a concepção política de justiça requer da estrutura básica das instituições da sociedade e dos objetivos e fins a que devem servir. Portanto, a razão pública é pública em três sentidos: enquanto a razão dos cidadãos como tais, é a razão do público; seu objetivo é o bem do público e as questões de justiça fundamental; e sua natureza e conceito são públicos, sendo determinados pelos ideais e princípios expressos pela concepção de justiça política da sociedade e conduzidos à vista de todos sobre essa base (RAWLS, 2000, p. 261-262).

23 Pelo princípio liberal da legitimidade, o exercício do poder político é próprio dos cidadãos e somente é justificável se exercido de acordo com uma constituição cujos elementos essenciais se pode esperar razoavelmente que todos os cidadãos endossem, enquanto indivíduos razoáveis e racionais. De acordo com Weithman (2017), o princípio liberal da legitimidade responde à pergunta de quando o poder político é utilizado de forma adequada e justificável e constitui, ao lado da razão pública, as principais restrições à justificação. Assim, a justificação pública deve apelar unicamente para as crenças gerais e para as formas de argumentação aceitas no momento presente e encontradas no senso comum, e para os métodos e conclusões da ciência, quando estes não são controvertidos (RAWLS, 2000) – é o que o autor denomina de base pública de justificação. Conforme Soares (2008), a necessidade de uma justificação pública caracteriza o componente da concepção pública de justiça, que demanda o seu exercício nas práticas políticas das instituições públicas, sendo que o ideal da razão pública não é apenas um esboço dos critérios que um acordo quanto a princípios de justiça deve abranger, mas também o reconhecimento de que a realização desse acordo não pode prescindir da argumentação pública para ser efetivo.

Tem-se que, numa democracia, o exercício do poder político pertence aos cidadãos livres e iguais, enquanto corpo coletivo. Considerando que os cidadãos divergem entre si quanto às perspectivas de vida boa e doutrinas abrangentes, a justificação do uso do poder político deve ser feita de modo aceitável por todos os cidadãos, na sua condição de livres e iguais. Para Rawls (2000), o exercício do poder político é apropriado somente quando está de acordo com uma constituição, cujos elementos constitucionais essenciais se pode razoavelmente esperar que todos os cidadãos endossem, à luz de princípios e ideias aceitáveis, enquanto razoáveis e racionais. Esse é o conceito daquilo que Rawls denomina de princípio de

legitimidade liberal, que permitirá entender por que os cidadãos deverão respeitar os limites da razão pública, apelando somente para uma concepção política de justiça ao votar e discutir sobre as questões de justiça básica. Considerando que a ideia da razão pública de Rawls é motivada pelo compromisso com a autonomia política dos cidadãos livres e iguais e, quando os cidadãos regulam a busca de seus objetivos em um jogo livre de racionalidade deliberativa, através de limites que os próprios cidadãos dão a si mesmos, aqueles que exercitam o poder político devem agir a partir do princípio da legitimidade e da razão pública, para que as instituições, leis e políticas públicas sejam efetivamente justas (WEITHMAN, 2017).

A razão pública deve ser a razão das instituições sociais responsáveis pelos atos que impõem coerção na estrutura social. Em uma ordem democrática constitucional, para Rawls (2000), a Corte Constitucional deve ser um caso exemplar de razão pública, na medida em que, considerando o sistema de controle de constitucionalidade, o Tribunal Superior Constitucional será responsável por dizer o sentido da Constituição. Na mesma direção, afirma Camilloto (2016, p. 217) que, “em se tratando de um Tribunal que possui competência de guarda da Constituição, torna-se vital que o cidadão conheça as razões pelas quais aquela Corte se manifesta quando do julgamento dos casos levados à sua apreciação”.

24

Nesse sentido, em um regime constitucional com revisão judicial, a razão pública é a razão de seu supremo tribunal (RAWLS, 2000). Deste modo, a “constituição não é o que a Suprema Corte diz que ela é, e sim o que o povo, agindo constitucionalmente por meio dos outros poderes, permitirá à Corte dizer que ela é” (RAWLS, 2000, p. 288). Portanto, o papel do Supremo Tribunal Federal, enquanto intérprete da Constituição, pressupõe que as justificações públicas sejam pautadas na garantia dos direitos e liberdades individuais constitucionalmente assegurados, nos elementos constitucionais essenciais e no ideal político da Constituição. Há que considerar, dessa forma, os processos políticos e sociais, ou seja, as razões compartilhadas pelos cidadãos, sendo a interpretação da Constituição orientada pelos valores políticos da razão pública.

Tomando-se como base uma sociedade democrática constitucional, tem-se que a constituição é a expressão do ideal político do povo que se autogoverna de forma autônoma (RAWLS. 2000). Esse ideal político será articulado pela razão pública por meio dos princípios e das diretrizes de indagação, permitindo a

concretização daquele mesmo ideal político. No presente trabalho, o princípio da igualdade é tomado como ideal político da Constituição da República, portanto, como ideal a ser articulado e concretizado por meio da razão pública. Enquanto ideal político, a igualdade vincula o Poder Judiciário nas decisões que envolvem questões atinentes aos elementos constitucionais essenciais e à justiça básica, como é o caso da ADI nº 4.439. Para além desse argumento, cita-se que há entendimento de que a própria laicidade do Estado seria um ideal político do período republicano³.

Será a partir desse contexto teórico-normativo que o estudo de caso será desenvolvido, buscando refletir sobre a legitimação do ensino religioso confessional nas escolas públicas de ensino fundamental. Além da análise sobre o exercício da liberdade de crença e religião como direito constitucionalmente garantido, o foco da reflexão partirá da análise do dever de observância do ideal político da igualdade no julgamento de questões levadas à revisão judicial por parte do Supremo Tribunal Federal, como o caso da ADI nº 4.439.

4. A liberdade religiosa sob a perspectiva democrática

25

Após apresentar os pressupostos teóricos do pluralismo razoável e da razão pública a partir da teoria rawlsiana, passa-se a discutir de maneira mais aprofundada sobre o princípio liberal da liberdade, abordando-o de forma específica em relação ao exercício da liberdade religiosa no âmbito das escolas públicas. Para tanto, será feita uma leitura da obra de Rawls no que se refere aos bens sociais primários, tomando-se a liberdade como um bem primário, bem como a proposição do autor quanto à aplicação dos princípios da justiça nas instituições, quando trata especificamente da liberdade de consciência, enquanto exercício da liberdade moral e religiosa.

Pretendendo definir uma base para as comparações interpessoais, Rawls apresenta os bens sociais primários como a base das expectativas de um indivíduo representativo. De acordo com o autor, qualquer indivíduo racional deseja determinadas coisas, independente de quais sejam os seus planos de vida e

³ Nesse sentido, cita-se argumento desenvolvido pelo Ministro Celso de Mello no julgamento da ADI nº 4.439. Para o Ministro, a laicidade é uma das decisões políticas fundamentais da República e, desde 1890, constitui um postulado essencial da organização do Estado brasileiro (BRASIL, 2018, p. 261-270).

concepção de bem. Assim, “tendo uma maior quantidade desses bens, os homens podem geralmente estar seguros de obter um maior sucesso na realização de suas intenções e na promoção de seus objetivos, quaisquer que sejam eles” (RAWLS, 2002, p. 97-98). Nesse sentido, em uma sociedade política bem-ordenada, há um entendimento público sobre os tipos de exigências que os cidadãos podem fazer e sobre a forma pela qual tais exigências serão defendidas, o que permite afirmar que uma concepção política efetiva de justiça inclui um entendimento político sobre o que deve ser publicamente reconhecido como necessidades dos cidadãos e, por isso, como benéfico para todos (RAWLS, 2000).

De acordo com o primeiro princípio de justiça, as liberdades básicas devem ser garantidas em condições de igualdade a todos os cidadãos. Essas liberdades básicas abrangem a liberdade de consciência, liberdade de pensamento, liberdade política e liberdade individual. Especificamente sobre a liberdade de consciência, é apresentada como garantia da integridade moral e religiosa dos cidadãos, como uma condição para o desenvolvimento pessoal, o qual está necessariamente ligado às doutrinas abrangentes e concepções de bem específicas dos indivíduos. Assim, para Rawls (2000), o fato de os indivíduos endossarem concepções abrangentes de bem é algo que está no âmbito da competência política desses indivíduos, especificada por direitos e liberdades constitucionais fundamentais.

O presente trabalho toma a liberdade religiosa⁴ como bem primário necessário ao desenvolvimento adequado dos cidadãos e de suas concepções abrangentes de bem. Com Almeida (2008), afirma-se que a liberdade religiosa constitui um dos direitos que qualquer tradição democrática deve assegurar. A partir da análise da teoria rawlsiana, argumenta-se que a liberdade religiosa, que envolve a liberdade de crença e consciência, deve ser lida a partir de uma perspectiva efetivamente democrática, garantindo-se o seu exercício a todos os cidadãos em igualdade de condições. A igualdade no exercício da liberdade religiosa é denominada por Diniz e Lionço (2010) como justiça religiosa, constituindo um dos grandes desafios à concretização da garantia constitucional da liberdade religiosa. Para as autoras, a liberdade de crença deve vir acompanhada de um sério

⁴ Com Weingartner Neto (2007, p. 61-63), toma-se a liberdade religiosa como um conceito complexo, que suporta e encaixa dimensões individuais e coletivas, subjetivas e objetivas, abrangendo a liberdade de consciência e de crença, o livre exercício dos cultos religiosos, a objeção de consciência e própria liberdade de expressão.

compromisso político com a igualdade religiosa, a fim de que não haja privilégios injustos entre os grupos religiosos, seja por questões históricas, demográficas ou culturais (DINIZ; LIONÇO, 2010). Sendo a liberdade de crença um direito fundamental e a igualdade religiosa um desafio necessário à concretização democrática desse direito, a discussão acerca do tratamento dado às religiões minoritárias é relevante sob a perspectiva democrática.

A problematização que se pretende diz respeito à garantia da igual liberdade de crença no contexto em que se admite, através do julgamento da ADI nº 4.439, o ensino religioso confessional nas escolas públicas. Entende-se que o ensino religioso confessional viola a liberdade de crença, prejudicando a igual liberdade entre os indivíduos, uma vez que não consegue representar com equidade todas as religiões e crenças, dado o fato do pluralismo. Ademais, não pode o Estado privilegiar uma ou algumas doutrinas abrangentes em detrimento de outras, o que daria à sociedade um caráter sectário, pois nenhuma das visões do significado, valor e propósito da vida humana, tais como especificadas pelas correspondentes doutrinas religiosas ou filosóficas abrangentes, é aceita pelos cidadãos de forma unânime (RAWLS, 2000).

27

Ao discutir sobre a interpretação do art. 210, § 1º, da Constituição Federal de 1988, Almeida (2008) afirma que o direito à liberdade religiosa se relaciona com uma série de princípios que se incorporam, historicamente, à tradição do constitucionalismo. São eles: a liberdade de consciência, o livre exercício da religião, o pluralismo religioso, a igualdade religiosa e a separação entre Igreja e Estado, os quais são interdependentes entre si, na busca pela garantia da liberdade religiosa. Essa afirmação coaduna com a proposição deste trabalho, na medida em que visa analisar o exercício da liberdade religiosa (especialmente em relação às minorias religiosas), levando-se em consideração a necessária interdependência entre o direito individual à liberdade de crença e consciência, o pluralismo da sociedade brasileira, o princípio da laicidade do Estado e, sobretudo, a igualdade enquanto ideal político da Constituição.

No que se refere à liberdade de consciência e de crença, tem-se que um dos seus principais significados importa no reconhecimento de que é necessário conferir aos cidadãos o direito de crer apenas naquilo que é capaz de convencer a sua própria consciência, protegendo-o do proselitismo de qualquer um que pretenda impor suas crenças (ALMEIDA, 2008). Em defesa da liberdade de crença

como uma liberdade fundamental e bem primário, Rawls (2000) argumenta que as liberdades fundamentais devem ter prioridade e devem ser asseguradas aos indivíduos a liberdade de rever suas convicções e refletir a respeito de seus planos de vida, com garantia das liberdades individuais fundamentais, da livre escolha e movimentação e das bases sociais do autorrespeito. Com Almeida (2008), afirma-se que, quando as instituições sociais deixam de assegurar os direitos fundamentais de seus membros ou distribuem desigualmente os bens primários, violam as bases do autorrespeito.

A partir da fundamentação teórica apresentada, acredita-se que a legitimação do ensino religioso confessional nas escolas públicas representa um tratamento favorecido às crenças religiosas majoritárias, implicando em distribuição desigual do bem primário da liberdade religiosa e, portanto, não poderia ser justificada a partir da razão pública. Tomando-se a liberdade religiosa como uma liberdade fundamental e bem primário, tal como proposto por Rawls (2000), defende-se que deve ser igualmente distribuída a todos os cidadãos. Nesse sentido, o silenciamento acerca de minorias ou mesmo a facilitação e incentivo quanto às práticas religiosas majoritárias – tal como decorre do julgamento da ADI 4.439, não é compatível com a igualdade democrática enquanto ideal político presente na Constituição da República de 1988.

28

5. Laicidade do Estado: limites, possibilidades e sua relação com o ensino religioso

No Estado laico, as instituições públicas são legitimadas pela soberania popular, e não por elementos religiosos. No entanto, é necessário ressaltar que a separação efetiva entre Estado e religião não é algo pronto, simplesmente colocado pela carta constitucional, mas sim um processo, um empreendimento em permanente construção na sociedade. Nesse sentido, Barbosa e Silva Filho (2018) comparam a laicidade à própria democracia, por estar em desenvolvimento contínuo, sujeita a falhas, influências e abusos de poder, demandando constante aprimoramento. Na mesma direção, Diniz e Lionço (2010) afirmam que a laicidade não se instaura repentinamente, ao contrário, trata-se de um dispositivo político e sociológico rumo a um processo de democratização. Cita-se ainda Viana (2014), que

afirma que a laicidade representa um processo cujo desenrolar não escapa às vicissitudes político-sociais e econômicas.

Nesse contexto, desenvolvem-se inúmeras discussões – doutrinárias e inclusive judiciais, acerca dos limites e possibilidades da laicidade de Estado no Brasil, dentre elas o alcance da expressão “sob a proteção de Deus” no Preâmbulo da Constituição da República⁵; a impressão da frase “Deus seja louvado” no papel moeda brasileiro⁶; discussões quanto a normas específicas de cunho religioso, tal como a Lei nº 9.093/95, que disciplina o estabelecimento de feriados civis, dispondo que “são considerados feriados religiosos os dias de guarda, declarados em lei municipal, de acordo com a tradição local e em número não superior a quatro, neste incluída a Sexta-Feira da Paixão” e o Acordo Brasil-Santa Sé, promulgado pelo Decreto nº 7.107/2010, que privilegia a religião católica em detrimento das demais crenças e concepções religiosas, ao trazer o Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil; bem como a própria discussão quanto ao ensino religioso nas escolas públicas, que culminou com a legitimação do ensino confessional, conforme decisão do STF na ADI nº 4.439.

29

Em outra perspectiva conceitual, Diniz e Carrião (2010) afirmam que a laicidade do Estado pode se caracterizar por meio de duas formas distintas de relacionamento entre as instituições sociais e as religiões. A primeira delas seria o modelo de neutralidade confessional, o qual não admite a existência de símbolos religiosos no espaço público e tampouco de privilégios a determinados grupos religiosos – nesse modelo, o Estado não restringe a liberdade de crença dos cidadãos

⁵ A questão sobre qual interpretação deveria se dar ao Preâmbulo chegou ao Supremo Tribunal Federal por meio da ADI 2.076/AC. No julgamento realizado em 15/08/2002, o STF julgou improcedente o pedido formulado pelo Partido Social Liberal contra o Preâmbulo da Constituição do Estado do Acre, em que se alegava a inconstitucionalidade por omissão da expressão “sob a proteção de Deus”, constante do Preâmbulo da Constituição Federal. O STF considerou que a invocação da proteção de Deus no Preâmbulo da Constituição não tem força normativa, afastando-se a alegação de que a expressão em referência seria norma de reprodução obrigatória pelos Estados-membros (STF - ADI: 2076 AC, Relator: Min. CARLOS VELLOSO, Data de Julgamento: 15/08/2002, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJ 08-08-2003 PP-00086 EMENT VOL-02118-01 PP-00218).

⁶ O Ministério Público Federal interpôs ação civil pública objetivando a retirada dessa expressão da cédula do real, alegando ofensa à liberdade religiosa e violação aos princípios da laicidade do Estado, liberdade de crença, isonomia e da legalidade. A ação foi julgada improcedente, decidindo o STF que a referência a Deus, seja nas cédulas monetárias, seja no Preâmbulo da Constituição, tem raízes culturais na história e costumes do povo brasileiro, não configurando afronta a qualquer culto ou religião em particular (TRF-3 – ApReeNec: 00198901620124036100 SP, Relator: Desembargador Federal JOHONSOM DI SALVO, Data de Julgamento: 14/12/2017, Sexta Turma, Data de Publicação: e-DJF3 Judicial 1: 21/12/2017).

e também não os constrange através da presença de símbolos religiosos no espaço público. Por outro lado, haveria o modelo de laicidade denominado pluriconfessional, o qual as autoras defendem ser o adotado pelo Brasil, dada a existência de símbolos religiosos em tribunais, hospitais públicos e no Parlamento, além da própria menção ao divino nas cédulas do real (DINIZ; LIONÇO, 2010).

Por fim, cita-se, em Blancarte (2008), a relação da laicidade com a atual crise política mundial, que se resume, de acordo com o autor, na questão atinente à legitimidade do governo. Isto porque é possível observar o impulso em muitos países nos quais os partidos e organizações políticas recorrem ao religioso, buscando conquistar o apoio ético para legitimar suas ações. Esse seria um dos riscos da democracia contemporânea, pois os governos buscam legitimidade do poder político não na vontade do povo, mas em uma instituição/ideologia religiosa, o que debilita a própria autoridade política e o poder dos cidadãos.

Especificamente acerca do ensino religioso nas escolas públicas, tem-se que o desafio democrático consiste no encontro entre o direito à liberdade de consciência e o direito à igualdade entre as religiões (DINIZ; LIONÇO, 2010). Assim, pretende-se avaliar se o ensino religioso ministrado nas escolas públicas é capaz de refletir a diversidade religiosa presente na sociedade. O propósito se justifica na medida em que, sem uma política nacional que defina parâmetros para o ensino religioso, estabeleceu-se uma lacuna que vem sendo apropriada pelas religiões hegemônicas no país (SANTOS, 2014), o que torna pertinente o debate acerca dos limites e possibilidades da laicidade do Estado, bem como da igualdade no exercício da liberdade de crença, ante ao ensino religioso na escola pública de ensino fundamental.

Este trabalho está ancorado em dados secundários, utilizando estudo desenvolvido por Débora Diniz e Tatiana Lionço, a partir da análise de uma amostra de 25 livros didáticos de ensino religioso no Brasil, cujo resultado foi publicado no livro “Laicidade e ensino religioso no Brasil” (DINIZ; LIONÇO, 2010). A pesquisa tabulou as incidências de religiões, líderes religiosos e grupos sociais no material didático, verificando a existência de preponderância de representação das religiões cristãs, com destaque para o catolicismo; sub-representação das religiões afro-brasileiras e indígenas, por meio de narrativas que não reconhecem essas religiosidades como tão dignas quanto as religiões cristãs; e inexistência de

representação de grupos ou pessoas sem religião; fatores estes que provocam a recusa do reconhecimento da diversidade como igual, provocando a exclusão de grupos minoritários (DINIZ; LIONÇO, 2010). Nesse sentido, a discussão acerca da legitimação do ensino religioso confessional nas escolas públicas não está dissociada do debate sobre as condições iguais no exercício da liberdade de crença. Assim, se no contexto em que ainda se discutia a constitucionalidade do ensino religioso confessional nas escolas públicas, já se verificava o ocultamento das religiões minoritárias e o silenciamento quanto à diversidade religiosa e social nos materiais didáticos, essa tendência talvez venha a se agravar a partir da legitimação do ensino religioso confessional pelo STF.

6. Uma discussão quanto à legitimação do ensino religioso confessional

Sendo, pois, o julgamento ADI nº 4.439 objeto deste estudo, serão apresentados, em síntese, os argumentos centrais da discussão, tecendo-se comentários acerca da argumentação desenvolvida pelos Ministros, a partir da proposição teórica apresentada anteriormente. Ao final, propõe-se uma análise acerca da questão da igualdade e liberdade das religiões minoritárias no contexto de ensino religioso confessional nas escolas públicas de ensino fundamental.

6.1. O julgamento da ADI nº 4.439

Por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.439, a Procuradoria Geral da República pugnou pela interpretação conforme a Constituição do art. 33, *caput* e §§ 1º e 2º da Lei nº 9.394/96 e do art. 11, § 1º do Decreto nº 7.107/2010, para assentar que o ensino religioso nas escolas públicas somente poderia ter natureza não confessional, com a proibição de admissão de professores na qualidade de representantes das confissões religiosas. A tese da Procuradoria Geral da República é de que a única forma de compatibilizar o caráter laico do Estado brasileiro com o ensino religioso nas escolas públicas, nos termos previstos no art. 210, § 1º, da Constituição, consiste na adoção de modelo não confessional de ensino. Segundo a PGR, o princípio da laicidade do Estado é incompatível com os modelos

de ensino religioso confessional e interconfessional ou ecumênico, pois ambos implicam no endosso ou subvenção estatal a crenças, o que afasta a neutralidade estatal exigida pelo princípio da laicidade. Ainda por esse motivo, a PGR defende que os representantes das diferentes denominações religiosas não podem ser admitidos na condição de professores da disciplina (BRASIL, 2018).

Nos termos da decisão do Plenário, em 27 de setembro de 2017, o Supremo Tribunal Federal julgou improcedente a ADI nº 4.439. Por 06 (seis) votos a 05 (cinco), a Corte definiu pela admissibilidade do ensino religioso confessional e interconfessional nas escolas públicas de ensino fundamental, entendendo que o respeito aos princípios da laicidade do Estado liberdade religiosa está garantido pela facultatividade da matrícula na disciplina e pela proibição ao Estado quanto à criação de seu próprio ensino religioso, de hierarquização e de favorecimento de determinadas crenças em detrimento das demais. Votaram pela procedência da ADI os Ministros Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Marco Aurélio e Celso de Mello e, pela improcedência, os Ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Lewandowski e Cármen Lúcia. A decisão foi publicada em 21 de junho de 2018 e transitou em julgado em 04 de agosto de 2018.

32

Diante de tal decisão, o presente trabalho se propõe a enfrentar o entendimento do Supremo Tribunal Federal sob uma perspectiva crítica, confrontando-o com os possíveis reflexos ante as minorias religiosas, sobretudo no que se refere à invisibilidade, ocultamento e desigualdade decorrentes do ensino confessional.

Por meio da análise de conteúdo dos votos⁷, pode-se afirmar, no que se refere à argumentação central desenvolvida no julgamento, que os Ministros que entenderam pela procedência da ADI consideraram, como cerne de sua fundamentação, a questão da igualdade, o que coaduna com a proposição deste trabalho, que propõe uma abordagem crítico-reflexiva do ensino religioso confessional a partir da ótica das minorias religiosas e toma a igualdade como ideal político da Constituição da República. Cita-se, a esse respeito, o Ministro Barroso, segundo o qual o ensino confessional, além de representar nítida quebra da

⁷ A análise de conteúdo é feita a partir do documento disponibilizado pelo Supremo Tribunal Federal, denominado Inteiro Teor do Acórdão (BRASIL, 2018, 294p). São considerados os seguintes documentos: votos, antecipação aos votos e manifestações dos Ministros registradas pela taquigrafia.

neutralidade estatal, conseguiria atender somente as crenças da maioria, o que resultaria na injustificada discriminação e desprestígio das crenças minoritárias e comprometimento da igualdade (BRASIL, 2018). No mesmo sentido, o ministro Fux argumenta acerca da igualdade sob a dimensão religiosa, que demanda o compromisso do Estado em proteger a pluralidade e tolerância e impedir o prestígio a religiões específicas (BRASIL, 2018). O Ministro Celso de Mello, por sua vez, trata especificamente das minorias religiosas, afirmando ser uma função do STF a proteção das minorias e que a legitimação do ensino confessional implicaria na marginalização de minorias, inclusive quanto àqueles que não professam nenhuma fé, comprometendo a condição de igualdade de tais indivíduos perante as crenças religiosas hegemônicas (BRASIL, 2018).

33

Por outro lado, verificou-se que a divergência inaugurada pelo Ministro Alexandre de Moraes privilegiou a defesa da liberdade de expressão de pensamento das crenças religiosas, afirmando que qualquer delimitação de conteúdo da disciplina de ensino religioso significaria censura à livre manifestação das concepções religiosas, aduzindo a impossibilidade de um ensino religioso não confessional e defendendo que qualquer disciplina plural e neutra significaria a suposta criação de uma religião estatal (BRASIL, 2018). Acrescenta-se, ainda, afirmação do Ministro Gilmar Mendes de que “o Estado deve promover a livre competição no mercado de ideias religiosas” (BRASIL, 2018, p. 179), argumento que evidencia as disputas narrativas existentes entre as crenças religiosas, porém deixa de considerar a marginalização das crenças minoritárias no contexto da confessionalidade do ensino religioso nas escolas públicas. Na mesma linha, a liberdade de expressão também aparece como fundamento do voto do Ministro Dias Toffoli.

Assim, o entendimento majoritário privilegiou o direito ao ensino religioso em detrimento do direito fundamental à igualdade e à própria laicidade do Estado. Diante disso, defende-se que a atuação do STF no julgamento da ADI nº 4.439 não se mostrou (ou não pode ser considerado) um caso exemplar de razão pública, uma vez que o tribunal não esteve comprometido com os direitos fundamentais dos cidadãos, deixando de concretizar o ideal político da igualdade. Nesse sentido, afirma-se, com Freeman (1994), que a atuação do tribunal, no caso analisado, pode

ser questionada a partir da legitimidade democrática, por não estar orientada para a garantia dos direitos fundamentais.

Pôde-se observar a aproximação dos Ministros a alguns dos pressupostos teóricos do trabalho, citando-se a razão pública, a igualdade como ideal político e o fato do pluralismo. Especificamente com relação à razão pública, verificou-se que, embora referenciem Rawls, os Ministros Roberto Barroso e Edson Fachin chegam a conclusões opostas quanto à legitimidade do ensino religioso confessional nas escolas públicas. Ambos os Ministros afirmam que a controvérsia em julgamento deve ser resolvida a partir dos elementos constitucionais essenciais com os quais os cidadãos livres e iguais possam anuir, garantindo a todos os indivíduos as condições de liberdades iguais. Para Fachin, no entanto, a pluralidade democrática da sociedade brasileira veda que o ensino religioso seja proselitista ou desrespeite a diversidade cultural e religiosa, independente da modalidade de ensino religioso adotada (BRASIL, 2018), o que o leva a votar pela improcedência da ADI. Depreende-se do argumento do Ministro Fachin que o Estado seria capaz de garantir o ensino religioso confessional em igualdade de condições a todas as religiões, argumento com o qual não se pode concordar, na medida em que a diversidade religiosa não é refletida no ensino religioso nas escolas públicas⁸, comprometendo, portanto, a igualdade.

34

6.2. Igualdade e liberdade: o que dizer a respeito das religiões minoritárias?

A tese que prevaleceu no julgamento da ADI nº 4.439 considerou que a facultatividade da matrícula na disciplina de ensino religioso nas escolas públicas seria suficiente para garantir a igualdade no exercício da liberdade religiosa. No entanto, a decisão pela admissibilidade do ensino religioso confessional representa, faticamente, a discriminação injustificada entre as denominações religiosas, pois o Estado não é capaz de garantir um ensino efetivamente plural, capaz de oportunizar aos alunos o acesso, em igualdade de condições, a todas as crenças e religiões.

⁸ Argumento desenvolvido no tópico 5, a partir de dados secundários que demonstram que os materiais didáticos de ensino religioso no Brasil não refletem a diversidade religiosa e social (DINIZ E LIONÇO, 2010, p. 63-96).

Visando questionar argumentativamente o Acórdão, esta pesquisa se propõe a enfrentar as questões atinentes à igualdade e liberdade de crença das religiões minoritárias.

Nesse sentido, entende-se que a decisão do STF privilegiou a liberdade de expressão em detrimento do direito à igualdade. Enquanto ideal político, a igualdade deve preponderar sobre o direito ao ensino religioso, quando este for ministrado através de disciplina que não reflita a pluralidade da sociedade, como é o caso do ensino confessional. Nesses termos, defende-se que o direito ao ensino religioso na escola pública só estaria publicamente justificado se o seu oferecimento, pelo Estado, fosse capaz de garantir a igualdade a todos os sujeitos, sejam eles religiosos ou não, membros de crenças majoritárias ou minoritárias, pois não é razoável, em uma sociedade democrática e plural, que determinados indivíduos tenham o seu direito fundamental à igualdade e à liberdade de crença relativizados em favorecimento à livre manifestação de pensamento das crenças majoritárias.

35

Ademais, entende-se que a mera facultatividade da matrícula não é capaz de assegurar a liberdade de crença, pois representa a exclusão de crianças e adolescentes no ambiente escolar, resultando na discriminação de sujeitos que não se filiem às crenças representadas na disciplina. Isto porque a opção pela não efetivação da matrícula, a cargo dos responsáveis pela criança ou adolescente, representaria um ônus excessivo aos alunos, os quais seriam marginalizados no ambiente escolar em razão de suas convicções religiosas, o que não se pode admitir, pois incompatível com o direito fundamental à liberdade religiosa (FONSECA, 2015). Ainda que as escolas venham a oferecer atividades alternativas no horário da disciplina de ensino religioso, tal medida não seria suficiente para suprimir o estigma que recairia sobre os alunos que viessem a se declarar contrários à matrícula na disciplina de ensino religioso.

Com relação ao conteúdo a ser ministrado na disciplina de ensino religioso, defende-se que a admissão do caráter confessional irá reforçar, ainda mais, o domínio das religiões majoritárias em relação às demais crenças. Conforme demonstrado por Debora Diniz e Tatiana Lionço (2010), a predominância de conteúdos ligados às religiões majoritárias no ensino público já podia ser percebida antes do julgamento da ADI nº 4.439. Tendo o STF decidido pela legitimação do

ensino religioso confessional, a tendência é que o ensino religioso nas escolas públicas venha a reforçar o ocultamento e invisibilização de minorias religiosas.

Essa tendência de ocultamento e submissão das confissões minoritárias se faz perceptível a partir: i) dos dados do IBGE, segundo os quais 65% da população brasileira é católica e 22% é evangélica, constituindo as religiões cristãs a ampla maioria da população⁹; ii) dos diferentes níveis de organização entre as denominações religiosas, que representam dificuldades às crenças minoritárias para efetiva participação nos debates públicos, dentre eles as discussões que seriam realizadas para a definição do conteúdo programático da disciplina de ensino religioso; iii) da incapacidade do Estado em oportunizar igual acesso a todas as crenças que pretendam utilizar o espaço público da escola para proferir sua religião – não só por questões organizacionais, mas inclusive por limitações de espaço físico e de pessoal; e iv) dos preconceitos enfrentados pelas religiões minoritárias no exercício da crença, que dificultam o acesso das minorias ao debate público – como afirma o Ministro Luiz Fux, a participação coletiva, via de regra, emudece as vozes minoritárias (BRASIL, 2018).

36

O respeito à diversidade cultural e religiosa pode ser questionado a partir dos próprios dispositivos impugnados na ADI nº 4.439, conforme argumentação desenvolvida no presente trabalho. O entendimento do STF, ao admitir a interpretação da LDB para viabilizar o ensino religioso confessional, vai de encontro aos objetivos expressamente dispostos no projeto que levou à aprovação da Lei nº 9.475/97. Quanto ao Acordo Brasil-Santa Sé, pode-se questionar a conveniência do próprio diploma legal, considerando a existência de um decreto para promulgar o “Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil”, somado ao fato de que o art. 11, § 1º faz uma hierarquização entre as religiões, no trecho “católico e de outras confissões religiosas”, que não pode ser justificada publicamente.

A afirmação da constitucionalidade do ensino religioso confessional nas escolas públicas merece ser problematizada, ainda, a partir do princípio constitucional da laicidade do Estado. Entende-se que o ensino religioso confessional é incompatível com a laicidade do Estado, na medida em que

⁹ Por outro lado, tem-se as seguintes religiões minoritárias: 2% espiritismo, 0,7% testemunhas de Jeová, 0,2% umbanda, 0,1% budismo, 0,09% candomblé, 0,08% novas religiões orientais 0,06% judaísmo, 0,04% tradições exotéricas, somadas a 8% da população que se declara sem religião (IBGE, 2010, p. 92-101).

compromete o dever de neutralidade do Estado diante das diferentes religiões. A utilização do espaço público para propagação de ideais religiosos representa, além da marginalização de minorias e desrespeito à igualdade, o favorecimento a determinadas denominações religiosas por parte do Estado, o que é inconciliável com a laicidade do Estado imposta pela Constituição da República. Com Huaco (2008), entende-se que, quando a escola pública se encarrega da doutrinação religiosa, relativizam-se diversas liberdades públicas, pois o Estado promove determinada religião e atribui àqueles que a ela não tenham aderido um peso injustificado, resultando em clara violação à separação entre Igreja e Estado.

37 Por todo o exposto, afirma-se que a decisão do Supremo Tribunal Federal no caso em estudo não é capaz de refletir a razão pública que se espera de um tribunal constitucional, pois não observa o ideal político da igualdade no exercício da liberdade individual de crença e representa o desrespeito à diversidade cultural da sociedade, na medida em que reforça o estigma vigente sobre as religiões minoritárias, provocando o ocultamento e marginalização dos sujeitos que divergem em relação às crenças religiosas hegemônicas. Tendo em vista a definição do constituinte originário pelo ofertamento da disciplina de ensino religioso no ensino fundamental, com matrícula facultativa, entende-se que a maneira mais adequada de disponibilização do conteúdo da disciplina, do ponto de vista do pluralismo e diversidade, seria o ensino não confessional, único capaz de garantir o direito à igualdade no exercício da liberdade religiosa e de crença e concretizar as diretrizes constantes do Programa Nacional de Direitos Humanos vigente – PNDH-3.

7. Conclusão

Em uma democracia constitucional, os atos do Estado devem ser justificados publicamente a partir da concepção política de justiça, isto é, fundamentados em razões públicas que possam ser endossadas por todos os cidadãos livres e iguais, independente de argumentos e valores atinentes às concepções de bem. Decorre da ideia de razão pública de matriz rawlsiana que o poder político é próprio dos cidadãos, sendo o seu exercício justificável quando em consonância com os elementos constitucionais essenciais, segundo o princípio de legitimidade que

fundamenta os regimes democráticos. A razão pública é motivada pelo compromisso com a autonomia política dos cidadãos, de modo que aqueles que exercem o poder político devem agir a partir do princípio da legitimidade e da razão pública para que os atos estatais sejam efetivamente justificáveis a partir do critério de justiça.

A partir de tais pressupostos teóricos, defende-se que não se pode sustentar a legitimação do ensino religioso confessional nas escolas públicas de ensino fundamental a partir da razão pública, uma vez que a decisão fere a igualdade no exercício da liberdade de crença, além de comprometer a laicidade do Estado e não refletir a diversidade religiosa existente na sociedade brasileira. Nesse sentido, a decisão tomada pelo STF no julgamento da ADI nº 4.439 é incompatível com o pluralismo razoável e com o direito fundamental à igualdade, provocando o ocultamento e invisibilização de minorias religiosas.

A partir dos princípios de justiça da Teoria de Justiça de Rawls e do fato do pluralismo, entende-se que a liberdade religiosa é um bem primário e, como tal, necessário ao desenvolvimento dos cidadãos e de suas concepções abrangentes de bem. Nessa perspectiva, cabe ao Estado garantir esse direito fundamental em igualdade de condições, independente das opções individuais dos cidadãos, de modo que se tenha, efetivamente, o exercício da liberdade de crença e de culto em uma perspectiva democrática a todas as denominações religiosas – alcançando, inclusive, a opção pelo ceticismo ou ateísmo.

Por todo o exposto, afirma-se que a legitimação do ensino religioso confessional nas escolas públicas deixa de concretizar o ideal político da igualdade, podendo ainda ser questionada a partir do princípio constitucional da laicidade do Estado. A pesquisa permite afirmar que o ensino religioso confessional reforça o estigma sobre as religiões minoritárias, provocando o ocultamento dos indivíduos que divergem das crenças hegemônicas, comprometendo, dessa forma, a igualdade no exercício da liberdade de crença e de culto. Acrescenta-se que a mera facultatividade da matrícula não é capaz de assegurar a liberdade religiosa, uma vez que a opção pela não efetivação da matrícula representa um ônus injustificado aos alunos, os quais ficariam excluídos do ambiente escolar em razão de suas convicções religiosas. Diante do exposto, conclui-se que a atuação do STF no julgamento da Ação

Direta de Inconstitucionalidade nº 4.439 não pode ser considerado um caso exemplar de razão pública, confirmando-se a hipótese da pesquisa.

8. Referências

ALMEIDA, Fábio Portela Lopes de. **Liberalismo político, constitucionalismo e democracia**: a questão do ensino religioso nas escolas públicas. Belo Horizonte: Argymentum, 2008.

BARBOSA, Rodrigo Pedroso; SILVA FILHO, Edson Vieira da. Laicidade e o Estado: as diferentes relações Estado-Religião e as medidas da laicidade. **Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas**, v. 18, n. 32, p. 233-248, dez. 2018.

BAVARESCO, Agemir; LIMA, Francisco Jozivan Guedes de. A ideia rawlsiana de razão pública: Limites e alternativas a partir de Habermas. **Sol Nascente Revista do Centro de Investigação sobre Ética Aplicada**, v. 1, 2012.

BLANCARTE, Roberto. O porquê de um Estado laico. In: LOREA, Roberto Arriada (Org). **Em defesa das liberdades laicas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008, cap. 1, p. 19-33.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: 39 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.107, de 11 de fevereiro de 2010. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, firmado na Cidade do Vaticano, em 13 de novembro de 2008. **Diário Oficial da União**, 12 de fevereiro de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7107.htm>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

BRASIL, Lei nº 9.093, de 12 de setembro de 1995, que dispõe sobre feriados. **Diário Oficial da União**, 13 de setembro de 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9093.htm>. Acesso em: 22 de maio de 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

BRASIL. Lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997. Dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, 23 de julho de 1997. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9475.htm>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

BRASIL. Procuradoria-Geral da República. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.439. Petição inicial, datada de 30 de julho de 2010. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/copy_of_pdfs/ADI%204439.pdf/view>. Acesso em: 30 de setembro de 2019.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República** – rev. e atual. – Brasília: SDH/PR, 2010.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.439 DF. Relator: Min. Luís Roberto Barroso. Data de julgamento: 27/09/2017, Tribunal Pleno. **Diário de Justiça**, Brasília, 21 de junho de 2018. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=15085915>>. Acesso em: 04 de junho de 2019.

CAMILLOTO, Bruno. **Direito, Democracia e Razão Pública**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

DIANA, Andrea Regina da Silva. **Uma defesa da razão pública no liberalismo de John Rawls**. 2006. 104 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

- 40 DINIZ, Debora; CARRIÃO, Vanessa. Ensino religioso nas escolas públicas. IN: DINIZ, Debora; LIONÇO, Tatiana; CARRIÃO, Vanessa. **Laicidade e ensino religioso no Brasil**. Brasília, UNESCO, LetrasLivres, EdUnB, 2010, p. 37-63.

DINIZ, Debora; LIONÇO, Tatiana. Educação e laicidade. IN: DINIZ, Debora; LIONÇO, Tatiana; CARRIÃO, Vanessa. **Laicidade e ensino religioso no Brasil**. Brasília, UNESCO, LetrasLivres, EdUnB, 2010, p. 11-37.

DINIZ, Debora; LIONÇO, Tatiana. Diversidade cultural nos livros de ensino religioso. IN: DINIZ, Debora; LIONÇO, Tatiana; CARRIÃO, Vanessa. **Laicidade e ensino religioso no Brasil**. Brasília, UNESCO, LetrasLivres, EdUnB, 2010, p. 63-97.

DINIZ, Debora; LIONÇO, Tatiana. Justiça religiosa: o principal desafio do ensino religioso. IN: DINIZ, Debora; LIONÇO, Tatiana; CARRIÃO, Vanessa. **Laicidade e ensino religioso no Brasil**. Brasília, UNESCO, LetrasLivres, EdUnB, 2010, p. 97-107.

FONSECA, Francisco Tomazoli da. **Religião e direito no século XXI: a liberdade religiosa no estado laico**. Curitiba, Juruá, 2015.

FREEMAN, Samuel Richard. Democracia e controle jurídico da constitucionalidade. **Lua Nova**, São Paulo, n. 32, p. 181-199, Abr. 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_isoref&pid=S0102-64451994000100010&lng=en&tlng=pt>. Acesso em: 06 de novembro de 2019.

HUACO, Marco. A laicidade como princípio constitucional do Estado de Direito. In: LOREA, Roberto Arriada (Org). **Em defesa das liberdades laicas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008, cap. 2, p. 33-81.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Censo demogr. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 211 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

LEÃO, Cristine Madeira Mariano. **A razão pública legitimadora do estado democrático constitucional à luz da teoria da justiça de John Rawls**. 2015. 133 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MELLO, Marco Aurélio Mendes de Faria. Voto na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.439. In: TEIXEIRA, Matheus. Leia o voto do Ministro Marco Aurélio contra o ensino religioso confessional. **Revista Consultor Jurídico**, 27 de setembro de 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-set-27/leia-voto-marco-aurelio-ensino-religioso-confessional>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2020.

RAWLS, John. **O Liberalismo Político**. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. Supervisão: Álvaro de Vita. São Paulo: Editora Ática, 2000.

41

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Tradução: Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SANTOS, Gláucio Antônio. **Encontros de ensino religioso nas cidades de Ouro Preto e Mariana: a laicidade da educação pública em questão**. 2014. 189 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2014.

SOARES, Mauro Victoria Soares. **Democracia, deliberação e razão pública: recomendações igualitárias para a democracia liberal**. 2008. 139 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

VIANA, Thiago Gomes. As intermitências da laicidade no Brasil: os desafios em face do “fato do pluralismo”. **Revista Libertas**, v. 1, n. 2, jul-dez 2014, p. 343-377. Disponível em: <https://www.academia.edu/28732362/As_intermit%C3%AAncias_da_laicidade_no_Brasil_os_desafios_em_face_do_fato_do_pluralismo_email_work_card=view-paper>. Acesso em: 07 de janeiro de 2020.

VITA, Álvaro de. Pluralismo moral e acordo razoável. **Lua Nova**, n.39, 1997, p.125-148. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n39/a08n39.pdf>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

WEINGARTNER NETO, Jayme. **Liberdade religiosa na Constituição: fundamentalismo, pluralismo, crenças e cultos**. Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 2007.

WEITHMAN, Paul. In Defense of a Political Liberalism. **Philosophy & Public Affairs**, 45, n. 4, p. 397-412. 2017.

Religious education in public schools: secularity of the state, equality and public reason in the decision on Direct Action of Unconstitutionality nº 4439

Andressa Schiassi

43 **Abstract:** The debates about secularism of the State in Brazil gained new contours after Supreme Federal Court's decision on Direct Action of Unconstitutionality No 4439, which resulted in the affirmation of the constitutionality of confessional religious education as an optional discipline for students in regular hours of public elementary schools. This decision can be questioned based on the constitutional principle of the secularity of the State and from the perspective of the fundamental rights of equality and freedom of belief, in view of the State's infeasibility in guaranteeing, in isonomic conditions, confessional religious education comprehensive to all religious denominations. Based on the constitutional principles of the secularity of the State, equality, freedom of belief and pluralism, the research intended to verify whether the performance of the Court in the judgment of the ADI No 4439 can be considered an exemplary case of public reason, in the perspective proposed by John Rawls.

Keywords: Religious education in Brazil; Secularity of the State; Public reason; Direct Unconstitutionality Action No. 4439.

La educación religiosa en las escuelas públicas: laicidad, igualdad y razón pública en el decisión de juicio de ADI no. 4.439

Andressa Schiassi

Resumen: Los debates sobre la laicidad del Estado en Brasil cobraron nuevos contornos luego de la sentencia de Acción Directa de Inconstitucionalidad No. 4.439, que resultó en la afirmación de la constitucionalidad de la educación religiosa confesional como asignatura optativa en las escuelas primarias públicas. Esta decisión puede ser cuestionada con base en el principio constitucional de laicidad del Estado y desde la perspectiva de los derechos fundamentales de igualdad y libertad de creencia, ante la inviabilidad del Estado para garantizar, en condiciones isonómicas, la educación religiosa confesional a todas las religiones. Con base en los principios constitucionales de laicidad del Estado, igualdad, libertad de creencia y pluralismo, la investigación tuvo como objetivo verificar, mediante el análisis del contenido de las votaciones, si la actuación del STF en la sentencia ADI No. 4.439 puede ser considerada un caso ejemplar de razón pública, en la perspectiva propuesta por John Rawls.

Palabras-clave: Educación religiosa en Brasil; Laicidad del Estado; Razón pública; Acción Directa de Inconstitucionalidad No. 4.439.

Recebido em 28 de março de 2021
Aprovado em 27 de julho de 2021